HISTÓRIA

Modernos na marra

Livros mostram como elites implementaram civilização no Rio de Janeiro e em São Paulo

Carlos Haag

Diz um velho ditado que "a pena é mais forte do que a espada". Mas é difícil acreditar nisso quando pensamos no Brasil no início de sua fase pós-monárquica, com Deodoros e Florianos, de espada em punho, introduzindo goela abaixo do país a modernidade e a civilização nascida de um salto com a República. O ditado, no entanto, ganha uma dose de verdade quando se lê *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, de Nicolau Sevcenko, sua tese de doutorado, escrita nos anos 1980 com o apoio da FAPESP e agora relançada pela Companhia das Letras em versão revista e ampliada. A leitura do estudo, que mostra como as elites puseram abaixo edifícios e ideais no Rio *belle époque*, ganha como *pendant* ideal o recém-lançado *A capital da solidão* (Editora Objetiva, 560 páginas), de Roberto Pompeu de Toledo, uma história de São Paulo das origens a 1900. A comparação está nas diferenças: embora trajetórias estruturadas de forma tão diversa, ambas as cidades tentaram inserir a modernidade na marra, numa tentativa de renegar o passado e sufocar o que havia de "incivilizado": a massa popular.

Nas duas metrópoles verificamos o mesmo desejo de, como observa Sevcenko, "ajustar suas contas com o passado, conduzindo uma reforma urbana encabeçada, como sempre, pela aliança entre a elite econômica e a elite técnico-científica, da qual não restou nenhum resíduo dos tempos coloniais". Cada cidade dissecou o fenômeno comum a sua maneira: São Paulo com a Semana de 22 optou pela celebração de um passado mítico pré-histórico, com as vistas para o futuro, esquecida do presente estropiado pela modernidade; já o Rio teve a sorte de contar com "mosqueteiros" das letras, escritores idealistas que não engoliram a pílula civilizatória e acreditavam no poder da pena, segundo análise de Sevcenko.

Euclides e Lima Barreto - Daí, a tese do pesquisador, centrada em dois críticos, diferentes entre si, mas unidos contra a República toda-poderosa e "inovadora": Euclides da Cunha e Lima Barreto. "Os dois eram herdeiros intelectuais da 'geração de 1870', cuja plataforma propunha a modernização nacional, mas pela eliminação de seus grandes entraves: a escravidão, a dominação política por um pequeno grupo de latifundiários e um regime centralista, autocrático e defasado com as recentes transformações científicas. Para eles, isso ajudaria a criar uma sociedade democrática, equilibrada, moderna e justa no Brasil", diz Sevcenko.

Tudo o que a nascente República parecia prometer. "Eles, porém, tinham a convicção de que, em vários aspectos, a sociedade conservadora e arcaica do Império parecia mais avançada do que o regime discricionário, brutal, repressivo e reacionário paradoxalmente implantado pelo republicanismo", continua o pesquisador. Euclides e Lima Barreto desconfiavam dos "reformadores apressados" do novo regime, em verdade, uma camada de arrivistas que trazia consigo disposições discriminatórias e anti-sociais. Em meio a um mar de elogios, os dois tiveram a ousadia de ser voz dissonante e fazer da literatura não apenas arte, mas um instrumento de mudança, moldado pelos novos tempos e que deveria, por sua vez, moldar esses tempos.

"Durante todo o século 19 até a Primeira Guerra, a literatura representava a principal arena da opinião pública nas sociedades capitalistas do Ocidente. No caso do Brasil, com uma maioria esmagadora de analfabetos, a opinião pública e os círculos decisórios afeta-

REPRODUÇÃO/AE

Morro do Castelo, destruído em 1922: elites temiam aglomeração

SÃO PAULO (SÃO PAULO), 1844, EDUARD HILDEBRANDT.
STAATLICHE MUSEEN ZU BERLIN, ALEMANHA

São Paulo: no fim do século 19 cidade começou a adquirir ares de metrópole

REPRODUÇÃO/OTAVIO MAGALHÃES/AE

Rio a beira-mar: cidade se concentrou ao longo da orla marítima

dos se concentravam numa minoria, em cujo interior, porém, o papel de intelectuais e escritores era de reconhecida relevância", explica Sevcenko. "Poucas vezes a criação literária esteve tão presa à própria epiderme da história *tout court*."

Eram divididos, entretanto, em suas visões do que era melhor para o país. "Para Euclides, tratava-se de redistribuir a renda gerada pelo setor cafeeiro, transferindo-a para a promoção econômica do interior do país. Para Lima, ao contrário, era preciso desestimular e desativar o setor cafeeiro, o qual era mantido artificialmente à custa do prejuízo social e econômico de todo o país", observa o professor. Euclides preferia o capital e o imigrante estrangeiros, enquanto Lima defendia recursos e trabalho nacionais.

De qualquer maneira, identificavam-se, ao contrário da maioria de seus colegas de letras, com as camadas marginalizadas pela modernidade à força. "Isso, embora fossem premidos entre a massa e a elite. Contemplavam o governo a partir da perspectiva do homem das ruas ou do campo, ao mesmo tempo que encaravam esse homem como alvo de projetos de reforma política e social. Vivendo como pacientes, refletiam como agentes", nota Sevcenko. A literatura vira missão. "Esses dois conjuntos de textos permitem entrever a produção literária, ela mesma, como um processo homólogo ao processo histórico, seguindo, defrontando ou negando-o, porém referindo-o sempre na sua faixa de encaminhamento próprio. A literatura aparece como uma instituição, no sentido de que a própria sociedade é uma instituição, na medida em que implica uma comunidade envolvida em relações de produção e consumo", analisa o autor.

O "mosqueteiro" Machado - Dessa forma, segundo Sevcenko, o poeta tem uma missão mais complexa do que o cientista, o técnico ou o governante, pois "através de suas obras eles propugnam caminhos e meios concretos para a remissão do homem simples, aviltado em sua humanidade" pelo novo progresso imposto que lhes nega existência e inserção. Na nova edição de seu livro, o pesquisador acrescentou um saboroso posfácio que incluiu um inusitado "mosqueteiro": Machado de Assis, cuja atuação é analisada a partir de um conto, *Evolução*. Nele, Benedito, fazendeiro de café, se encontra, num trem, com Inácio, empresário e engenheiro, que lhe anuncia: "O Brasil é como uma criança que está engatinhando e só começará a andar quando tiver muitas estradas de ferro". Benedito se encanta com a sentença *de* Inácio, para, ao longo do conto, chegar ao fim todo feliz com a *sua* idéia. A velha elite, esperta, sabe, como se vê por Benedito, que "a alternativa proposta por Inácio (*a nova elite do país, tecnocrática e republicana*) permitiria reordenar o quadro social e econômico em favor da continuidade de seus privilégios". Ou, nas palavras do sobrinho do protagonista de *O Leopardo*, de Lampedusa: "Tudo deve mudar para continuar o mesmo".

"Machado, ao contrário dos escritores mais jovens que desejavam atacar as convenções literárias, sabia operar à vontade no interior delas, corroendo-as por dentro, com sua escrita reflexiva e autoconsciente. Bastava suspeitar dos valores dominantes. Ou, como ele mes-

VISTA GERALDA IMPERIAL CIDADE DE SÃO PAULO, 1870
JULES MARTIN. COLEÇÃO PARTICULAR, SÃO PAULO.

São Paulo, 1870: paulistanos tinham fama de grosseiros

mo dizia: 'Tudo, meus amigos, menos ser empulhado'", conta Sevcenko. Segundo o pesquisador, o bruxo do Cosme Velho desconfiava tanto do velho latifúndio quanto das novas elites científicas, indo além dos seus colegas "mosqueteiros" Euclides e Lima. "Para ele, os arautos do progresso se tornavam os algozes de uma sociedade em mudança. Por meio de sua simbiose espúria com as camadas dominantes, os agentes da 'ordem', essa elite esclarecida bloqueou as alternativas de projetos democráticos ou de promoção social."

Não sem razão, foi a República Velha o primeiro governo, como nota Carlos Lessa em seu *O Rio de todos os Brasis* (Editora Record, 496 páginas), a cuidar do "embelezamento" do Rio, com o "Bota-Abaixo", o prefeito Pereira Passos. "Mas a fúria construtiva da grande reforma urbana do Rio assinalaria as práticas de segregação espacial, discriminação étnica e exclusão social, típicas da Regeneração. O Bota-Abaixo ensejou ali a instalação de um cenário eclético e *art noveau* rigorosamente modelado no urbanismo das grandes capitais européias", diz Sevcenko. Era o Rio do progresso, dos brasileiros "modernos e de cabeça erguida" diante dos visitantes estrangeiros, a imagem viva da "evolução". São Paulo, alguns anos mais tarde, fará o mesmo com as suas feições pela mão do arquiteto Ramos de Azevedo, tentativa de esconder o passado arcaico e lento da "capital da solidão", nota Pompeu de Toledo.

Ambas as cidades, no começo, compartilharam o desinteresse dos colonizadores pelo seu espaço físico. Em São Paulo, escolheu-se a via difícil da subida do planalto, onde há tempos os índios estavam estabelecidos e, com eles, um português, João Ramalho (de certa forma, um curioso "pai dos paulistas"). Lá no alto, Martim Afonso de Souza pensava estabelecer, após São Vicente, um posto avançado para penetrar o interior em busca das riquezas da prata. São Paulo acabaria por dever sua existência a um padre gago e purista, Manoel da Nóbrega. "Ele tinha em mente uma imensa utopia. Queria trazer todo um mundo novo para o reino de Deus e da Igreja. Arrancá-lo do pecado original, convencê-lo do que considerava 'a verdade'", observa Toledo. Caiu de amores pelo posto no topo do planalto, longe o bastante da "perdição" de São Vicente e dos europeus. Lá poderia trabalhar os índios em paz e fundar "uma nação teocrática". Começou como gostava: criando um colégio, inaugurado em janeiro de 1554, onde surgiria o "mundo imaculado". Contou com a ajuda de um padre noviço, de 19 anos, José de Anchieta, cuja constituição física, enfermiça, o levou aos "bons ares" do Brasil. "Na aldeia entre o Tamanduateí e o Anhangabaú, situada no limite do sertão ignoto, e com freqüência assediada por hordas de índios, as tônicas eram pobreza e isolamento", diz Toledo. Faltava tudo: cadeia para trancar criminosos, prédios decentes, até mesmo camas.

O isolamento trouxe ao espírito de seus habitantes um horror à interferência das autoridades do reino, uma "virtual rebeldia da longínqua povoação do planalto". As bandeiras, com sua busca de mão-de-obra escrava indígena, tampouco ajudaram a dar docilidade ou extroversão ao caráter do paulis-

RUA DO OUVIDOR, 1870 C. MARC FERREZ/INSTITUTO MOREIREA SALLES

Rua do Ouvidor, no Rio: alguns escritores tentaram deter "modernidade na marra"

tano: "O caudilho ambulante que era um chefe de bandeira era também um caudilho sedentário, no intervalo das viagens", nota Toledo. Os índios capturados por esses exércitos liderados por paulistas, mas composto por índios, serviam como força de trabalho para que a incipiente vila pudesse comerciar produtos agrícolas com os centros mais ricos do litoral. A vila, aliás, era um centro que não servia como tal, pois seus habitantes preferiam se isolar num colar de chácaras, sítios e fazendas que, no todo, se constituíam na São Paulo do século 17. "Os paulistas são gente desalmada e rebelde, que não faz caso nem das leis do Rei, nem das de Deus. É um ir e vir, trazer e vender índios", notou um observador da época sobre a má fama dos moradores da vila.

Ao contrário do Rio, com seus negros por todos os cantos, São Paulo convivia com índios, comia como eles e até vivia em redes. A própria geografia ampla do planalto permitiu que se pudesse viver isoladamente entre os seus iguais. Já a estreiteza da faixa litorânea onde está o Rio criou bairros que se alinham com as rochas como um colar de pérolas: cada uma delas contém um microcosmo que reúne pobres e ricos, forçados a conviver da melhor forma possível. São Paulo permitiu, desde cedo, o isolamento e a estratificação: no início do século 20, por exemplo, para fugir das condições precárias de higiene do centro, os ricos puderam subir para os Campos Elíseos, para Higienópolis e para o platô, onde se construiu a Avenida Paulista. Cada um em seu lugar, isolado dos outros.

Mas isso são outros tempos. Até o século 18, mesmo com a descoberta paulista dos veios de ouro das Minas Gerais, a pasmaceira era a tônica da cidade do planalto, piorada com a ida em massa dos habitantes em busca de riquezas no interior. "Ao longo do tempo, a cidade cumpria o destino de, ao povoar o Brasil, plantando vilarejos ao longo e ao fim dos caminhos em que se aventuravam os seus habitantes, despovoar-se a si mesma", explica Pompeu de Toledo. Detalhe: as mulheres que ficavam na cidade, segundo um viajante inglês, "eram anêmicas e muito sérias". Já os homens, notou Saint-Hilaire, receberam o observador francês "com uma grosseria que parece ser em toda parte de São Paulo um apanágio dos homens das classes inferiores". Mas, continua o viajante, "a localização da cidade é encantadora e o ar que ali se respira muito puro". Foi mesmo profético: para ele, no dia em que Brasil começasse a se industrializar, seria em São Paulo que o processo se iniciaria, observou em 1819, ao mesmo tempo que comentou a praça de touros que a cidade possuía e muito o impressionou.

Uma previsão notável, dado o estado de incivilização da cidade em inícios do século 19, quando o Rio fervilhava de novidades e cultura. Foram os estudantes que mudaram pela primeira vez o rumo das coisas: Em 1827, São Paulo ganhou o privilégio de abrigar uma Academia de Direito. "Foi essa academia, por mais modesta que fosse, que veio revitalizar-lhe a economia e trazer algum movimento às ruas. São Paulo, meio sem vocação desde que caducara o seu papel de ponto de partida das expedições de conquista dos sertões, ga-

PANORAMA DA CIDADE DE SÃO PAULO VISTO DO RIO TAMANDUATEI, 1821-1822 C. ARNAUD JULIEN PALLIÈRE. COLEÇÃO PARTICULAR, SÃO PAULO

Vista do rio Tamanduateí: para fugir das más condições de higiene, ricos procuraram bairros altos

nhara nova atribuição e, em conseqüência, nova personalidade", observa Toledo. Não foi fácil conquistar a instituição, pois muitos criticavam o linguajar dos paulistas: "Se nas províncias há dialetos com seus defeitos, é reconhecido que o dialeto de São Paulo é o mais notável. Assim, a mocidade do Brasil, fazendo aí seus estudos, contraria pronúncia mui desagradável", escreveu o Visconde de Cairu. Os estudantes chegaram de todas as partes do país e as famílias paulistas, assustadas, se escondiam ainda mais, fechadas nas casas. "As calçadas do inferno são mil vezes melhores que as de São Paulo e não há parte alguma mulheres que tenham sido mais virgens que ali", reclamou o estudante Álvares de Azevedo.

"A cidade era sendo puxada sempre para trás, pelo poderoso ímã do atraso", diz o autor. Mas veio o café. De início, no Vale do Paraíba, o que em nada ajudou a reverter o quadro. Mais tarde, porém, São Paulo passou a receber os benefícios do progresso. Em 1865, chegou o trem, ou melhor, o desastre de trem, pois a primeira viagem que chegaria na Luz terminou em descarrilamento. "São Paulo, a província, articulava-se num todo: economicamente em torno do café, fisicamente ao longo dos trilhos das estradas de ferro e politicamente por interesses comuns que multiplicariam a influência de sua elite no Império", avalia Toledo. Pouco centrada na mão-de-obra escrava negra, não sofreu tanto com a Abolição, ao menos economicamente. São Paulo preferiu ser a cidade dos estrangeiros. Não se pense que isso era sinal de progresso e justiça: os paulistanos usaram os imigrantes não como novos povoadores (veja-se o modelo norte-americano, por exemplo), mas em substituição aos escravos.

Velhas e novas elites - A República pode ter acontecido no Rio, mas foi tramada em São Paulo e atendeu sobretudo aos interesses dos paulistas, observa Toledo. O que se pretendia não era um país moderno, mas o federalismo que desse à província o que era da província: privilégios. A elite paulistana após pegar o poder econômico viu que precisava do político. O arquiteto Ramos de Azevedo foi o Fídias da nova e próspera Atenas. "Ramos de Azevedo, com seus edifícios monumentais, doou à cidade uma antigüidade novinha em folha. Depois do café, do trem, das fábricas e do regime republicano, ele foi a cereja no bolo com que a elite paulista festejava sua vitória", resume Pompeu de Toledo.

Estamos de volta ao início: nesse momento, Rio e São Paulo destruíam seu passado "feio" a partir da aliança entre as velhas elites e as novas, técnicas e científicas. Enquanto, em 1922, São Paulo brincava que seu passado antropofágico e mitológico, no Rio, se punha abaixo o Morro do Castelo, onde viviam grandes populações negras e mestiças pobres. O modernismo, paulista e carioca, foi o marco decisivo para as estratégias de esquecimento dos tempos renegados. Todas essas forças antagônicas iriam se reunir na Revolução de 30, "mais uma crise histórica aguda equacionada pelo reencontro da ordem com o progresso", observa Sevcenko. Agora não havia mais tempo para "mosqueteiros". O retrato do velho já estava na parede. De cariocas e paulistas. A pena não tinha mais chance com a espada. •